

DECLARAÇÃO DE CURITIBA

(RELAÇÕES ENTRE IGREJA E ESTADO)

O Sétimo Sínodo Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, reunido em Curitiba, de 22-25 de outubro de 1970, aprovou unanimemente o documento que se segue acêrca das relações entre a Igreja e o Estado.

O documento foi entregue pessoalmente ao presidente do Brasil, general Emílio Garrastazu Médici, pelo presidente da Igreja Luterana, Rev. Karl Gottschald, pelo vice-presidente Rev. Augusto Kunert e pelo Rev. Ernesto Shlieper. O texto sômente foi divulgado depois das eleições de 15 de novembro, tendo sido preparado por uma comissão teológica e, em seguida, revisto por uma comissão sôbre assuntos sociais, políticos e econômicos.

Além da Igreja Católica Romana, a Igreja Luterana é a única denominação a anunciar públicamente sua posição em relação ao governo brasileiro.

No seu Sétimo Sínodo Geral, em Curitiba, de 22-25 de outubro de 1970, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil aprova, de acôrdo com sua Missão de Igreja de Jesus Cristo, a seguinte declaração:

I. Teses concernentes à relação entre Estado e Igreja.

1. O objetivo da mensagem cristã é a salvação da humanidade, salvação essa que transcende as possibilidades humanas, incluindo as políticas. Esta mensagem é de Deus — não dêste mundo, mas se destina ao mundo e dá testemunho

de Jesus Cristo como Senhor e Salvador do mundo. Portanto, a Igreja não deve levar uma vida isolada, na qual guarde para si mesma a mensagem que lhe foi confiada. A Igreja tem a missão de proclamar a palavra de Deus e não pode eximir-se disso senão pelo preço da desobediência a seu Senhor.

A mensagem da Igreja dirige-se sempre ao homem como um todo e não apenas à sua "alma". Portanto, a mensagem tem conseqüências na esfera total de vida do homem, na esfera física, cultural, social, econômica e política. Seu propósito não é meramente o de ordenar a relação dos cristãos com os outros homens, mas de participar em tôdas as questões de diálogo com outros cidadãos e grupos que tem a ver com o bem comum.

2. A mensagem "pública" da Igreja de Cristo, isto é a mensagem que se refere diretamente aos problemas do mundo, não pode estar separada do "testemunho íntimo", uma vez que este inclui o outro. Portanto, a Igreja poderá não colocar seu testemunho público à disposição dos interesses de ideologias políticas ou grupos e partidos que buscam o poder ou que detém o poder em determinado momento. Ao prestar seu testemunho público, uma igreja não poderá nunca usar métodos que não sejam fiéis ao Evangelho.

3. Em princípio, Estado e Igreja são entidades separadas, como está igualmente estabelecido na constituição do nosso País. No entanto, por causa das conseqüências que a mensagem cristã traz para a área secular, e porque os cristãos são, ao mesmo tempo, discípulos de Jesus e cidadãos de seu País, não é possível separar completamente a área de responsabilidade do Estado da área de responsabilidade da Igreja, mesmo que essas áreas devam ser diferenciadas. Onde as duas áreas coincidem, a igreja que, em si mesma, necessita da crítica do mundo, exerce função crítica — não uma função de controle, mas a função de um vigia (Ezequiel 33, 7) e serve como a consciência da nação. A Igreja suscitará a atenção de representantes públicos em certas situações e lhes dará consciência de sua responsabilidade, fazendo isso de forma não-política e sempre com a intenção de achar uma solução justa e objetiva.

4. A Igreja procura diálogo livre e objetivo com o Estado, numa atmosfera de abertura, liberdade e genuíno companheirismo. O propósito desse diálogo é achar soluções para problemas que a sociedade enfrenta. Como co-participante do governo dos homens, a Igreja é obediente à lei do Senhor que diz: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". (Marcos 12, 17). Segundo este princípio básico, a Igreja está consciente de seu chamado a cooperar com agências do governo num amplo nível de tarefas, tais como, por exemplo, a educação e treinamento da geração jovem, programas de alfabetização para adultos, ação social por parte do governo, combate à doença, pobreza e problemas originados do deslocamento do povo, e em outras tarefas que não são apenas de natureza estritamente técnica. Essa cooperação inclui o esforço constante para se eliminarem causas que são responsáveis por um mal particular.

5. Como resultado da proclamação pública da Igreja, tensões com organizações do governo poderão resultar, quer de erro humano, quer de princípios

fundamentais. Nestes casos, a Igreja não procurará pôr em questão o poder do Estado, como se a Igreja fôsse um partido político, mas proclamará o senhorio de Cristo. Onde quer que a Igreja se veja forçada a opor-se a medidas empreendidas pelo Estado, procurará entrar em diálogo com os órgãos relevantes estatais, antes de tomar uma posição pública sôbre o assunto. De qualquer maneira, a Igreja agirá sem demagogia, de modo a tornar claro que sabe que ela é chamada a interceder por todos os homens que sofrem.

II. Assuntos que dão margem a preocupação por parte da Igreja.

1. **Caráter único da adoração cristã** — A Igreja pensa que o serviço de adoração deve ser mantido como o acontecimento central na vida do cristão, para alimentá-lo espiritualmente; seu caráter único deve-se ao fato de ser um serviço a Deus, como devoção, como comunidade cristã, e um diálogo com Deus. Jesus Cristo é o único Senhor da adoração cristã.

Um serviço de adoração tem conseqüências políticas porque faz surgir responsabilidade política, apesar de não poder ser usado como um meio para facilitar certas tendências políticas. A pátria e o governo são objeto de oração intercessória por parte da congregação reunida, para que a justiça e a paz possam existir entre os homens; a congregação agradecerá continuamente a Deus por êsses dons valiosos. A pátria será honrada e amada, seus símbolos serão respeitados e usados como um tesouro da cidadania, de forma legítima. Contudo o cristão não deverá falar de sua pátria de forma idólatra. Um diálogo entre a Igreja e o Estado pode ter como resultado a aceitação da responsabilidade comum para o planejamento de feriados nacionais através dos quais a pátria é honrada.

2. **A educação cristã e a “educação moral e cívica”** — Apesar do Estado ter interesse em evitar um espírito de divisão na área da educação, numa sociedade multiconfessional como o Brasil, acreditamos que é absolutamente necessário que a educação cristã seja mantida nas escolas. Consideramos que a “educação moral e cívica” é parte necessária do currículo para o desenvolvimento de um cidadão, mas não acreditamos que possa ou deve substituir a educação cristã. “A educação moral e cívica com sua base ideológica declarada, confundiu as áreas pertinentes ao Estado e à Igreja para muitos cidadãos. Acreditamos que o genuíno comportamento moral e cívico tem suas raízes numa confissão genuína. A educação “teística mas não confessional”, tal como está formulada na lei número 869/69, poderá levar muitas pessoas a acreditarem que essa educação é um substitutivo para a educação cristã e a base ideológica como uma alternativa para uma orientação cristã confessional. Os professores, assim como os estudantes, quase inevitavelmente serão levados a conflitos de consciência, na hipótese de que tal perspectiva prevaleça.

É do interesse da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil que este assunto se torne objeto de uma investigação comum por parte de representantes da Igreja e do estado.

3. Direitos Humanos — Um número incontável de cristãos se acha confundido pela dimensão de notícias alarmantes sobre ações desumanas que se dizem estarem ocorrendo na nossa terra, especialmente com respeito ao tratamento a prisioneiros políticos. Isso levanta uma atmosfera de desassossêgo, que se intensifica por falta de informação exata e objetiva. Mesmo que as notícias que estão sendo divulgadas em países estrangeiros tendam freqüentemente a terem caráter parcial, mesmo que as declarações oficiais no nosso país tenham repetidamente afirmado que tais notícias não têm fundamento, a atmosfera de desassossêgo tem sido criada através de informação que não tem sido negada na imprensa local, a respeito de casos nos quais órgãos da polícia têm aplicado métodos desumanos — quer no caso do tratamento a prisioneiros comuns, terroristas políticos, ou pessoas que são suspeitas de atividades subversivas.

Como igreja, afirmamos que nem mesmo uma situação excepcional justifica medidas que violem os direitos humanos.

Em vista dos princípios éticos envolvidos, cremos ser necessário, como Igreja, chamar a atenção para a necessidade de falar com o governo sobre essas preocupações, simplesmente por causa da seriedade patente de tais pontos. Ainda mais, precisamos opor-nos a todos os abusos praticados contra o menor dos brasileiros, incluindo aqueles de crença política diferente, dando-lhes a certeza absoluta de que serão tratados de acordo com os princípios básicos da própria lei com a qual possam eventualmente ter entrado em conflito.

Lutheran World Federation News Service — Genebra, Suíça.
25 novembro 1970 — n.º 60/70

U M A P I S T A

É bastante fácil realizar um culto experimental na vida de um grupo. Muito mais difícil é lançar uma forma nova de culto numa paróquia, de modo a se evitar o conflito de centros de interesse e as conseqüências daí resultantes. Eis o problema: encontrar um estilo de vida para a comunidade formada de comunidades diferentes.

Poderia ser encontrada uma solução na alternância de objetivos e de intenções fixadas durante a reunião da comunidade. O pastor Gérard Delteil, num relatório ao Sínodo nacional de Dijon, França, sugere a seguinte especialização para os domingos:

— um domingo eucarístico, dedicado à alegria do louvor, freqüentemente tão desprezado nas nossas assembléias. A Ceia constituiria o centro do culto, a pregação seria secundária; a liturgia seria essencialmente doxológica. Nesse domingo, através da riqueza da adoração, brilharia alguma coisa semelhante à claridade do Reino;

— um domingo bíblico, em que realizaria, em grupos se possível, um verdadeiro trabalho de pesquisa bíblica, que ajudasse a comunidade a progredir no sentido de uma leitura renovada da Escritura. Toda a duração do culto habitual seria consagrada a esse trabalho, do qual poderiam participar não-protestantes interessados em pesquisa bíblica, com a direção de uma equipe especializada;

— um domingo de informação e de intercessão, uma espécie de assembléia livre, preparada por equipe que submeteria à reflexão coletiva, iluminada pelas Escrituras, um problema preciso da Igreja ou da Sociedade. Esta busca comum dos caminhos da obediência a Deus seria acompanhada de intercessão muito concreta sobre os assuntos trazidos. Assim, poderia efetuar-se a participação de todos nas responsabilidades propostas;

— um domingo tradicional ou “kerigmático”, em que a ordem do culto estaria de acordo com nossos hábitos, em que a pregação baseada em todas as reflexões das semanas anteriores, poderia encontrar seu significado profético. Não se diminua a importância da pregação pelo fato de fazê-la menos freqüente; pelo contrário, assim ela é destacada”.

O U T R O S A S P E C T O S

Outro ponto a pesquisar refere-se à idéia da oferenda. O culto, por definição, é prestado a Deus, mas participa dEle, em primeiro lugar, a nossa pessoa. Quaisquer que sejam as expressões usadas, é sobretudo nossa relação com Deus, preferivelmente à relação de Deus conosco, que estamos procurando estabelecer. Ora, prestar culto a Deus não é, por acaso, estabelecer de que modo Deus está presente, hoje, em todos os aspectos da vida quotidiana, na vida de cada um e na vida de todos?

Mais um ponto: atualmente, enfatiza-se muito a unidade do homem, a unidade de seu corpo, alma, espírito. Ao mesmo tempo, fala-se de sua totalidade. Será que é o homem todo que presta culto a Deus? Ou é uma ínfima parte de seu ser, numa ínfima parte de seu tempo? A busca de novo tipo de culto não poderia orientar-se pelos diferentes tipos de linguagem que usamos para a comunicação? A palavra e a audição, até agora, predominaram. A vista e o tato não poderiam igualmente participar do ato de culto? (não há dúvida que o uso do olfato exigiria muita imaginação...)

Mais ainda: O culto poderia ser prestado, se procurássemos inicialmente, aquilo que temos de testemunhar e fazer na nossa cidade, em nome do Cristo e a serviço do próximo. O culto poderia consistir na prática comunitária, perante o Senhor, de exame crítico dessa atividade, de seus frutos e de seus fracassos.

É preciso liberar a imaginação. Em tudo isso, é preciso prestar muita atenção para não se cair em formas “intelectuais” de culto. É necessário, também, examinar todas as formas de reuniões populares, e, particularmente, as reuniões

protestantes que atingem ambientes simples. Em vez de surgir de um estudo erudito sobre a psicologia dos grupos, pode ser que o ponto de partida surja da reflexão crítica a respeito das reuniões pentecostais na América do Sul, assim como das reuniões espontâneas ou telecomandadas de jovens na Europa e em outros continentes.

TIPOS DE MUDANÇAS LITÚRGICAS

1. Durante a conferência sobre **O Futuro do Homem**, organizada em Genebra, pelo Conselho Mundial, uma celebração cultural reuniu os especialistas, dos quais nem um terço eram cristãos. Para se estabelecer uma relação entre esse culto e o trabalho dos participantes, a oferenda constituiu o centro da cerimônia. Algumas pessoas colocaram sobre a mesa, objetos que consideravam como expressão do nosso tempo: uma lâmpada, um gravador, um jornal, etc. Cada um devia nomear o objeto que oferecia e explicar o motivo da oferenda. Todas as coisas foram colocadas junto com o pão e o vinho a fim de serem redistribuídas em conjunto. O canto e a música tiveram grande destaque nesta celebração.

2. Introdução do jazz no culto? É mais do que uma mudança de ritmo ou de instrumento. Todo o culto foi organizado com a colaboração dos músicos que, assim, não precisaram inserir-se numa cerimônia imutável, e disseram o essencial através de sua arte. Completou o ato, o uso de formas visuais: estandartes e cartazes. A Santa Ceia não foi uma imitação de refeição, e grande número de pães foi colocado na mesa de comunhão. Para evitar-se o aspecto anedótico, é importante destacar o aspecto total da transformação desse culto, realizado no mesmo encontro.

3. Durante a Quarta Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas, em Upsália, realizaram-se diversos cultos experimentais. A ênfase era a comunicação: expressar, de forma total, que é a totalidade do ser humano que recebe e transmite a Palavra de Deus. Isso se faz através de três atitudes essenciais: escutar, falar, tocar.

Os participantes se tocam, em grupos, e procuram, através do tato, igualmente prestar louvor a Deus. Trata-se de experiência difícil, uma vez que é severamente criticada, em nome da decência e da moral.

4. A Igreja católica realiza a "nova missa", que é uma reforma litúrgica oficial muito profunda. Além disso, há outras experiências. Na paróquia de Isolotto, na Itália, a missa é realizada ao ar livre, na praça, em frente à Igreja. E não está presa a determinado edifício consagrado, mas deve integrar-se na vida do povo da Igreja.

5. Na França, uma missa de catecúmenos realiza-se numa casa. Não existe altar, nem nada parecido. Há cadeiras, uma cesta e um copo comum. O padre e os fiéis não se defrontam, estão reunidos em volta da mesa onde a eucaristia será partilhada.

6. Dom Bernardo Besret, antigo prior da abadia de Boquem, na Bretanha, França, inova no campo da "pregação". Os oficiantes estão entre o auditório e comecem a dialogar com as pessoas. Assim, constituem-se espontaneamente os grupos, em torno de um padre ou então sem a sua presença.

7. Na Índia, o padre Deleury e Lederlé procuram adaptar a missa à cultura do país. A missa é celebrada na Casa da Amizade, que é uma espécie de residência paroquial. Desenvolve-se à maneira indú: todos sentados no chão, com roupas e objetos relacionados com a cultura nacional.

Tradução da Revista
L'Illustré Protestant
Lyon, França.